

PROJETO DE LEI N.º        /2010.

Altera a Lei n.º 1.687, de 29 de dezembro de 1997, que “regulamenta o Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Unaí” para dispor sobre o transporte ilegal de passageiros.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ**, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 96, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei n.º 1.687, de 29 de dezembro de 1997, fica acrescida do seguinte Capítulo XII-A e respectivos dispositivos:

*“CAPÍTULO XII-A*

*DO TRANSPORTE ILEGAL DE PASSAGEIROS*

*Art. 55-A. Considera-se transporte ilegal de passageiros aquele realizado sem a devida concessão, permissão ou autorização do órgão público competente, de forma clandestina, inclusive mediante aliciamento de passageiros e de outros artifícios irregulares.*

*Art. 55-B. Incumbe à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos promover a devida fiscalização com vista a coibir, combater e punir o transporte ilegal de passageiros, observado o âmbito de sua competência que se restringe às vias públicas urbanas e rurais de responsabilidade do Município.*

*§ 1º Constatada a infração, será lavrado o auto correspondente contendo a descrição da infração, do veículo, do proprietário e/ou condutor do veículo e outros elementos pertinentes.*

*§ 2º O autuado, no prazo de 10 (dez) dias, poderá interpor recurso administrativo.*

*Art. 55-C. A prática do exercício de transporte ilegal de passageiros sujeita o infrator às seguintes sanções:*

*I – multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais), no caso de cometimento de infração pela primeira vez e, aplicada em dobro, na hipótese de reincidência;*

*II – desembarque de passageiros, com a devolução do valor da passagem; e*

*III – apreensão do veículo, cuja liberação somente ocorrerá após o pagamento das multas, preços públicos e demais encargos incidentes, devendo o interessado comprovar a propriedade do veículo e o seu regular licenciamento junto ao órgão municipal de trânsito.*

*Parágrafo único. O valor previsto no inciso I deste artigo será atualizado com base no índice oficial adotado pelo Município.” (NR)*

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Unai, 31 de agosto de 2010; 66º da Instalação do Município.

VEREADOR EULER BRAGA  
Presidente

## **JUSTIFICATIVA**

O presente projeto de lei busca reunir em único diploma legal o regramento acerca do transporte coletivo urbano, com a previsão de normas com vista a coibir e combater o transporte ilegal e clandestino de passageiros, âmago da proposta, no legítimo exercício do poder de polícia administrativa, aproveitando-se da preexistência da matriz normativa, a Lei n.º 1.687, de 29 de dezembro de 1997.

É inegável que o transporte ilegal de passageiros é uma realidade na maioria das municipalidades brasileiras, concorrendo, irregularmente, com as empresas concessionárias e permissionárias do serviço público de transporte de passageiros, em lamentável menoscabo ao princípio do equilíbrio dos contratos e à estabilidade financeira dessas empresas, ensejando, por outro lado, risco à própria qualidade do serviço e, o mais grave, à segurança dos usuários.

Em face dos argumentos ora lançados, que julgamos de suma relevância para nosso Município, é que pedimos apoio aos nobres Pares desta Casa Legislativa para aprovação do presente Projeto de Lei.

Unai, 31 de agosto de 2010; 66º da Instalação do Município.

**VEREADOR EULER BRAGA**  
Presidente